



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 08 h e 40 min se deu início a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA do ano de 2025, por Videoconferência pela Plataforma Zoom, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião; 2) Discussão e votação da Ata da 4ª Reunião Ordinária realizada em 07/08/2025; 3) Planejamento das Ações de Fiscalização de Pesca para o Período de Piracema 2025/2026 (Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA e Batalhão da Polícia Militar e Proteção Ambiental-BPMPA); 4) Informes; 5) Assuntos Gerais e Encerramento. A reunião foi presidida pelo Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente – SEMA/MT - Presidente do CEPESCA (em substituição), Sr. Alex Sandro Antônio Marega. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes institucionais do Conselho: Srª. Neusa Arenhart, representante da SEMA; Sr. Clodomir Ceolatto, representante da ASATEC; Sr. Derick Victor de Souza Campos, representante da UNEMAT; Srª. Elza Basto Pereira, representante da Colônia de Pescadores Profissionais – Bacia do Paraguai; Srª. Liliane Stedile de Matos, representante da Colônia de Pescadores Profissionais - Bacia Amazônica; Sr. Ivan Freitas da Costa, representante da AMEPE; Sr. Tarso Ricardo Lopez, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Araguaia; Srª. Lucia Aparecida de Fatima Mateus, representante da UFMT; Sr. Bathilde Jorge Moraes Abdalla, representante da SEDEC/Turismo; Sr. Reginaldo Martins e Sr. Paolo Monte, representantes do CONSEMA; Srª. Laryssa Teles Vieira, representante do Ministério da Pesca e Aquicultura/MT; Sr. Antônio Guerrise, representante da SECEL. Participaram como convidados: Cel. Fagner Augusto do Nascimento (Comandante do Batalhão de Polícia Militar e Proteção Ambiental/BPMPA) e Alan Assis Siveira (Coordenador de Fiscalização de Fauna da SEMA/MT). A reunião foi aberta pelo **Sr. Alex**. Fez a conferência de quórum, computando a presença de 11 (onze) Instituições Conselheiras. **Alex** – coloca em discussão e votação a Ata da 4ª Reunião Ordinária realizada em 07/08/2025. Aprovada por unanimidade. **Próxima pauta:** Planejamento das Ações de Fiscalização de Pesca para o Período de Piracema 2025/2026 (Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA e Batalhão da Polícia Militar e Proteção Ambiental-BPMPA). **Assis** - contextualiza que sua apresentação contempla como será desenvolvido o trabalho da fiscalização de pesca e alguns resultados dos anos anteriores e ao longo desse ano, demonstrando algumas das apreensões a partir destas duas primeiras semanas de início da piracema. Ele reforça que o trabalho da fiscalização acontece ao longo de todo o ano de forma ininterrupta. Apresenta os principais eixos de atuação dentro da coordenadoria de fiscalização: 1) combate à pesca depredatória; 2) transporte de pescado, armazenamento e comércio de pescado (fiscalização das declarações de estoque de pescado, de isca-viva e de peixe ornamental para acompanhar a movimentação de venda durante o período de defeso e evitar que esses estabelecimentos recebam pescado de origem ilícita durante a piracema); 3) fiscalização de caça de animais silvestres; 4) criação irregular/maus tratos à animais silvestres. Instituições envolvidas nas ações de fiscalização no âmbito do Estado: SEMA e suas Unidades Regionais, Polícia Militar e Batalhão Ambiental, Polícia Civil (em especial a DEMA). As formas de atuação: 1) Trabalho Preventivo – Ostensivo – Educativo (aumento da quantidade de pessoal em campo, mais dias em campo, terrestre ou embarcado); 2) Responsabilização (lavratura das multas, encaminhamento à delegacia, processo administrativo e criminal); 3) Corretivo – Punitivo (ações que visam a contenção do dano, identificando



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

o autor, multa e apreensão do pescado e equipamento); 4) Fiscalização dos comércios (vistoria e acompanhamento dos estoques, tanto de comércios de pescado, iscas-vivas, ornamentais e pescadores profissionais). Resultados comparativos da Piracema entre 2023/2024 e 2024/2025. Em 2023/2024 teve uma quantidade bem grande de pescado apreendido (1.413,11 kg) e em 2024/2025 já diminuiu um pouco (290,88 kg), mas teve mais apreensões de rede, mais apreensões de tarrafa, mais apreensões de petrechos de pesca. Os veículos apreendidos diminuíram, mas teve mais embarcações apreendidas e pessoas conduzidas; teve menos multas e menos autos de infrações, mas teve muito mais autos de inspeções. Pontua que a causa da diminuição de apreensões pode estar relacionada com a alteração da Lei da Pesca em 2024, pois, as multas ficaram mais pesadas e a responsabilização ficou mais pesada para o infrator; assim como, a dificuldade de comercializar o pescado capturado, já que o principal interesse comercial são os peixes de couro que estão proibidos de comércio e captura no Estado. Com os dados deste próximo ano, será possível fazer um comparativo novamente para continuar os estudos e compreender esta situação. Explica que as ações de fiscalização compreendem: 1) patrulhamento terrestre e fluvial; 2) retirada de armadilhas, redes, cevas, espinhéis; 3) inspeções e vistorias nos comércios e peixarias; 4) atendimento às denúncias; 5) fiscalização de criação de animais silvestres, tráfico de animais silvestres dentre outras condutas que envolvem a fauna; 6) em média são cinco a seis equipes, simultaneamente em campo, envolvendo os fiscais da SEMA com apoio da Polícia Militar ou dos policiais da DEMA (Delegacia de Meio Ambiente); 7) cada ciclo de fiscalização, compreende o período de sete a dez dias em campo, dependendo da região de destino e da natureza da operação; 8) em média, são realizados de cinco a seis ciclos por mês; 9) em razão da grande incidência de pesca predatória, o foco principal é na Bacia do Paraguai, no Pantanal, sendo a Baixada Cuiabana a principal região de pressão de crimes e infrações. Também tem as equipes volantes, que vão em outras regiões do Estado como: região do Araguaia, Teles Pires, Juruena, dentre outras; 10) as ações são realizadas de forma conjunta, integradas com o Batalhão Ambiental e Companhias Ambientais e DEMA; 11) as informações coletadas em campo e as ocorrências são compartilhadas com a DEMA e BPMPA, para investigação dos autores e partícipes; 12) a fiscalização em comércios, tem como principal objetivo coibir que sejam recepcionados pescados capturados durante o período de defeso da piracema; 13) o patrulhamento fluvial tem como principal objetivo a prevenção para evitar que o peixe seja retirado e que sejam armadas redes ou se estiverem armadas, que sejam retiradas; 14) as equipes revezam as ações de fiscalização no trecho urbano do rio Cuiabá, e nas demais regiões “quentes” (de maior pressão de pesca); 15) o material proibido, quando encontrado é imediatamente apreendido e levado para o depósito para fazer a descaracterização. Os materiais quando permitidos, são apreendidos e é feito o processo administrativo para ver a destinação posteriormente; 16) o pescado, se encontrado vivo, é imediatamente devolvido ao rio. Caso estejam abatidos, é destinado o mais breve possível (quando permitida a doação ou entregue na Delegacia de Polícia mais próximo, em situações criminais, para ser periciado e posteriormente doado pela autoridade policial); 17) os barcos, equipamentos, refrigeradores, veículos quando apreendidos são encaminhados à Coordenadoria de Bens e Produtos Retidos/SEMA, onde será analisado o processo administrativo e o bem será destinado conforme a decisão do processo podendo ser o perdimento, a doação, a incorporação à fazenda pública, entre outros; 18) as denúncias recebidas pela Ouvidoria são imediatamente repassadas para a Fiscalização de Fauna e a denúncia é repassada a uma equipe o mais rápido possível. Apresenta alguns resultados



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

83 realizados no período permitido da pesca, entre fevereiro e setembro/2025: foram 4.452 pescados
84 apreendidos; 84 redes apreendidas; 72 tarrafas apreendidas; 05 armas de fogo apreendidas; 353
85 petrechos de pesca (varas, espinhéis, molinetes, João-bobo e outras armadilhas); 19 veículos
86 apreendidos; 16 embarcações apreendidas (a maioria delas são canoas que são utilizadas para a pesca
87 depredatória com utilização de rede); as multas aplicadas nesse período totalizaram R\$ 1.645.000,00;
88 foram realizados 903 autos de inspeção. Apresenta a ferramenta disponível no Geoportal, onde é
89 possível o público acompanhar as ações de fiscalização realizadas pela Coordenadoria de Fiscalização de
90 Fauna (autos administrativos; locais fiscalizados e resultados das ações). Apresenta também registros
91 fotográficos de alguns resultados das duas primeiras semanas de início do período da piracema
92 (patrulhamento fluvial na região de Cuiabá e Várzea Grande; atendimento à denúncia anônima na região
93 do rio São Lourenço; fiscalização em comércio em Confresa, Diamantino, São José do Rio Claro, Alto
94 Paraguai, Baixada Cuiabana; barreiras nas estradas; trabalho educativo, orientando o pessoal do período
95 proibitivo; retirada de petrechos proibidos como cevas, boias, espinhéis, demais armadilhas). Reforça a
96 importância da conscientização e da colaboração dos pescadores e população para não realizarem a
97 prática da pesca depredatória e reforça que a instalação das armadilhas nos rios atrapalha a navegação.
98 Como resultados das duas primeiras semanas de início do período da piracema foram apreendidas: 18
99 redes; 01 tarrafa; 69,70 kg de pescado; 66 kg de carne de caça e 02 armas de fogo. Reforça as legislações
100 de interesse, dentre elas: Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais, art. 34); Lei Estadual nº
101 9096/2009 (Política da Pesca no Estado de Mato Grosso e suas alterações); Decreto Federal nº
102 6.514/2008 (Infrações e sanções administrativas). Informações complementares da pesca, podem ser
103 obtidas no site da SEMA. Reforça os contatos para a realização das denúncias, podendo serem feitas
104 através do telefone da ouvidoria (65 98153-0255) ou pelo e-mail (ouvidoria@sema.mt.gov.br) ou pelo
105 site da Sema, clicando no link Ouvidoria (www.sema.mt.gov.br). Finaliza sua fala, informando que as
106 informações registradas na ouvidoria serão atendidas com a maior brevidade possível. Também reforça
107 que as declarações de estoque pesqueiro recebidas, passaram por uma triagem e para aquelas que
108 apresentam indícios de irregularidade serão adotadas as providências cabíveis de responsabilização do
109 declarante. Pontua a importância de que o período proibitivo da pesca seja respeitado para a garantia
110 da reprodução e manutenção dos estoques pesqueiros. Agradece pela atenção de todos, em especial à
111 equipe da Polícia Militar e Polícia Civil que são grandes parceiros nas ações de fiscalização. **Fagner** –
112 inicia sua fala, parabenizando a apresentação realizada pelo Assis, bem como pelo trabalho realizado.
113 Pontua que é um grande desafio realizar fiscalização ambiental em Mato Grosso considerando a
114 imensidão da malha rodoviária, em torno de 31 mil km de extensão. Várias instituições atuam nesta
115 atividade (Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Guardas Municipais). A malha hidrográfica do
116 Estado também é muito extensa e todo o trabalho realizado tem sido feito com inteligência. Esclarece
117 que dentre outras atribuições da Polícia Militar, a proteção do meio ambiente é uma delas. A Polícia
118 Militar está presente nos 142 municípios do Estado e em se tratando de crimes, ela age inclusive nos
119 crimes ambientais contra a fauna e práticas de pesca predatória. A Polícia Militar vem crescendo o seu
120 planejamento operacional em grau de importância para a questão ambiental; hoje, existem 06 unidades
121 ambientais especializadas na proteção do meio ambiente, em Mato Grosso: o Batalhão Ambiental é
122 comandado pelo Coronel Fagner e responde por toda a circunscrição do Estado de Mato Grosso. Além
123 do Batalhão Ambiental, tem outras 05 unidades distribuídas no interior do estado: a 1ª Companhia em



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

Cáceres; a 2ª Companhia em Rondonópolis; a 3ª Companhia em Barra do Garças; a 4ª Companhia em Sinop; a 5ª Companhia em Tangará da Serra. Todas estas unidades concorrem nas operações de fauna nessas respectivas localidades de forma bastante similar aos procedimentos operacionais e administrativos apresentados pelo Assis. A Polícia Militar também age no patrulhamento terrestre, bloqueios policiais, verificando eventuais transportes irregulares de pescado; no patrulhamento fluvial nas bacias hidrográficas, retirando armadilhas, fazendo orientação à população ribeirinha e também nos serviços de inteligência com integração entre as instituições envolvidas nesse processo. Ele pontua que a Constituição Federal estabelece três níveis de responsabilidade: uma esfera penal que trata dos crimes ambientais que são estabelecidos na Lei nº 9.605/98, que é o crime de pesca predatória, por exemplo, o período de defeso da piracema. Essa atividade é desenvolvida não só pela Polícia Militar Ambiental, mas por toda a Polícia Militar (Polícia Civil e outras instituições da Secretaria de Segurança Pública). Por exemplo, com o CIOPAER (Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas) utilizando as aeronaves para o combate à pesca predatória dentre outras instituições, como a própria Polícia Civil, por meio da investigação criminal, da perseguição penal, a fim de chegar a responsabilização. A Politec também participa periciando os pescados, bem como eventuais crimes contra a fauna, como caça predatória. Explica que também atuam na esfera administrativa, que são as infrações administrativas (aplicação de multa, apreensão administrativa do pescado); estas ações são realizadas de forma exclusiva pelas unidades ambientais. A outra esfera é a esfera civil, que é a responsabilização, o restabelecimento dos danos causados ao meio ambiente que fica a cargo do Ministério Público por meio das ações civis públicas. Contextualiza que todas as instituições se encaixam nesse processo de proteção ambiental e a Polícia Militar participa ativamente em duas dimensões dessas, a dimensão administrativa por meio das unidades ambientais e a dimensão da esfera penal por meio da Polícia Militar como um todo, envolvendo a estrutura de segurança pública representada pela Polícia Civil, Politec e outras instituições que trabalham ativamente neste processo. Reforça que os procedimentos operacionais realizados na fiscalização de pesca são similares ou iguais aos procedimentos apresentados pela Coordenadoria de Fiscalização de Fauna da SEMA. Esclarece que a área não patrulhada não quer dizer que não tem crime; às vezes é uma falta de atenção da administração ou de capacidade operacional de absorver todas as regiões do Estado considerando a sua grande área e suas particularidades; por isso, a importância de fortalecer as ações de conscientização e neste sentido, Eles trabalham muito ativamente no viés preventivo de educação ambiental e no serviço de inteligência, subsidiado por meio de denúncias. Reforça a importância de que a população se engaje no sentido de fornecer e subsidiar a fiscalização com relação a denúncias na atividade de pesca predatória e crimes ambientais de forma em geral. Diariamente são apreendidas redes, tarrafas e equipamentos proibidos. Recentemente foram registradas duas prisões com relação a depósito ilegal de pescado apreendido. Menciona que ainda existe muita desinformação com relação à pesca esportiva, pesca de peixe exótico, pesca no período de defeso e sempre tem sido dado uma atenção na publicidade e na divulgação da legislação vigente, no sentido de esclarecer a população do que é certo e do que é errado, e também para ter uma maior efetividade na prevenção. Reforça a importância de contar com o apoio da população no registro das denúncias das práticas depredatórias de pesca e demais crimes ambientais de forma a agilizar as ações dos policiais e fiscais no sentido de proteger e conservar o meio ambiente para as futuras gerações. Ele agradece a SEMA pela parceria e pelo subsídio de equipamentos e logístico para que as equipes

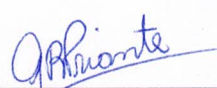


Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

165 cheguem nos devidos locais. **Clodomir** – pergunta se o peixe de cativeiro precisa ter estoque declarado.
166 **Assis** – explica que não é obrigatório a declaração do peixe de cativeiro, mas se ele estiver no estoque,
167 precisa ter a comprovação da sua origem (nota fiscal do pescado); até porque alguns dos peixes de
168 cativeiro são de espécies nativas. Alguns comerciantes optam por declarar, mesmo sem
169 obrigatoriedade, informando que foi comprado em cativeiro com nota fiscal apresentada. Eles já
170 declaram de forma a facilitar em casos de eventuais denúncias de venda de peixe durante a piracema.
171 **Bathilde** – sugere que a SEMA realize parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) no patrulhamento
172 e fiscalização de pesca nas rodovias, considerando a vigência da Lei do Transporte Zero. Complementa
173 que iria ajudar muito nas barreiras fixas dentro do estado de Mato Grosso. Ele também reforça a
174 importância de que durante o período da piracema, os estoques de peixe declarados sejam vistoriados
175 frequentemente de forma a garantir que o peixe declarado esteja de acordo com as informações
176 disponíveis no estoque. **Alan** – explica que sempre que possível é realizado o acompanhamento dos
177 estoques na fiscalização dos estabelecimentos, umas duas a três vezes durante o período da piracema.
178 Quando se evidencia alguma suspeita de conduta ilícita, os dados são encaminhados para a Delegacia de
179 Meio Ambiente e para a inteligência do Batalhão Ambiental para serem monitoradas e realizadas as
180 providências cabíveis. Informa que tem sido encaminhado com a gestão da SEMA a possibilidade de
181 instituir um Sistema Eletrônico de Declaração de Pesca e que isto facilitaria muito o acompanhamento
182 da movimentação do estoque pesqueiro. **Bathilde** – sugere que a SEMA realize um maior alinhamento
183 com o juizado da vara especial do meio ambiente na busca de ampliar o efetivo nas ações de fiscalização
184 das declarações dos estoques pesqueiros. **Alex** – agradece pelas sugestões e informa que estarão sendo
185 realizadas as tratativas de aproximação com o Juizado Ambiental e com a Polícia Rodoviária Federal para
186 fortalecer as ações de fiscalização de pesca. Em relação à implementação de um sistema de declaração
187 eletrônica de pesca, esclarece que está no planejamento, no entanto, atualmente existem outros quinze
188 sistemas sendo desenvolvidos na SEMA o que tem sobrecarregado muito o setor de informática; diante
189 disto, neste momento, não é possível encaminhar uma outra demanda para o setor de Tecnologia da
190 Informação da SEMA a curto, médio ou a longo prazo. **Tarso** – parabeniza as equipes de fiscalização da
191 SEMA e do Batalhão Ambiental que têm sido muito eficazes no atendimento das demandas
192 encaminhadas. **Alex** – apresenta o vídeo da Campanha da Piracema que tem sido veiculada nos canais
193 de comunicação e a compartilha com os Conselheiros para que auxiliem na divulgação. Ele agradece a
194 presença de todos e finaliza a reunião às 10:00 h. Nada mais havendo a declarar eu, Gabriela Rocha
195 Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA, que segue assinada por mim, Secretária Executiva do Conselho
196 Estadual de Pesca – CEPESCA, bem como pelo Presidente do CEPESCA/MT.



Alex Sandro A. Marega
Presidente do CEPESCA



Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila
Secretária Executiva do CEPESCA